

## A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE: GESTÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NO MUNICÍPIO DE RIO TINTO-PB

H. N. E. DUARTE\*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
hadassanyedja@gmail.com\*

Artigo submetido em xxxx/20xx e aceito em xxxx/20xx

DOI: 10.15628/holos.2016.xxxx

### RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender a gestão da política de Assistência Social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que atende crianças, adolescentes e jovens, no município de Rio Tinto, litoral norte da Paraíba. Em termos metodológicos, a pesquisa classificou-se como de campo, de abordagem qualitativa, do tipo documental e exploratória. A coleta de dados subsidiou-se na entrevista semi-estruturada, aplicada aos cinco gestores que compuseram a amostra. Como resultados, constatou-se que a integração dos gestores possibilita o desenvolvimento das atividades de forma positiva, embora haja dificuldades diversas que vão desde a questão de recursos financeiros a choques de interesse entre os gestores. Deflagrou-se que as

normativas nacionais que devem reger o SCFV são pouco conhecidas por parte dos entrevistados, porém isso não desqualifica as atividades e os resultados das ações que executadas. Sendo assim, conclui-se que a configuração da gestão do SCFV em Rio Tinto oferece mais possibilidades do que fragilidades ao serviço prestado. A realidade estudada expressa as dificuldades da política de Assistência Social, pois embora haja constante luta pelo reconhecimento da política enquanto direito, há um leque de empecilhos para que tal fato aconteça, por exemplo, o panorama político e institucional que limita avanços, a falta de recursos e conhecimentos técnicos e normativos, ou mesmo a forma conservadora que a gestão pública se apresenta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Política de Assistência Social, Gestão Pública.

## THE SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN TIMES OF CRISIS: MANAGEMENT OF THE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS IN THE MUNICIPALITY OF RIO TINTO-PB

### ABSTRACT

This research sought to understand the management of the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), which serves children, adolescents and young people, in the municipality of Rio Tinto, north coast of Paraíba. In methodological terms, the research was classified as a field, with a qualitative approach, of the documentary and exploratory type. The data collection was subsidized in the semi-structured interview, applied to the five managers who composed the sample. As a result, it was found that the integration of managers enables the development of activities in a positive way, although there are various difficulties ranging from the issue of financial resources to shocks of interest among managers. It was pointed out that the national

regulations that should govern the SCFV are little known by the interviewees, but this does not disqualify the activities and the results of the actions that are performed. Therefore, it is concluded that the configuration of the management of the SCFV in Rio Tinto offers more possibilities than fragilities to the service provided. The reality studied expresses the difficulties of social assistance policy, for although there is a constant struggle for the recognition of politics as a right, there are a number of obstacles to this happening, for example, the political and institutional panorama that limits advances, the lack of resources of technical and normative knowledge, or even the conservative form of public management.

**KEYWORDS:** Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV), Social Assistance policy, Public Management

## 1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que atua de forma descentralizada nos serviços socioassistenciais no Brasil. Assim, o SUAS busca efetivar a assistência social como direito, e tem como principal responsável o Estado, e como diretriz a gestão participativa, junto à sociedade civil.

Mesmo sendo um dos tripés da Seguridade Social, constituído na Carta Magna de 1988, o SUAS é reconhecido tardiamente, através da Lei 8.742/1993. Com base nisso, a Lei Orgânica da Assistência Social é instituída, e, com esta, há a abertura de garantias para aqueles que necessitam de assistência por parte do Estado.

Conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, a Proteção Social Básica tem seus serviços organizados e executados em diferentes instituições, dentre os quais os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a partir dos quais erige-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (BRASIL, 2015), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é uma forma de intervenção social realizada através de grupos delimitados por faixas-etárias e por territorialidade, que fornece atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, e propicia aos usuários a construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

O serviço tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. (BRASIL, 2015)

Por essas vias, o SCFV está presente em todo o país. Embora possua parâmetros de funcionamento e gestão, possui características particulares em cada localidade. É importante destacar que a forma como se gesta o SCFV determina a efetividade (ou não) da política de Assistência Social em cada município. Se houver falha de entendimento do significado social, da metodologia do serviço ou de como deve ser sua organização, as propostas e as determinações governamentais para a execução do SCFV não irá ocorrer.

Sendo assim, esta pesquisa buscou compreender a gestão da política de Assistência Social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no município de Rio Tinto, litoral norte da Paraíba. Para tanto, realizou-se a identificação das responsabilidades da gestão do SCFV em normativas, cartilhas e legislações, como também se averiguou a apropriação dessas diretrizes na realidade municipal. Ademais, discutiu-se sobre a avaliação que os gestores empreendem em relação ao trabalho desenvolvido.

No município de Rio Tinto – PB, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possui uma coordenação geral e uma assessoria, as quais exercem suas funções diretamente com a equipe de profissionais e com os usuários. Como está disposto nas normativas, o SCFV está referenciado ao CRAS do município, e este é coordenado por uma profissional de nível superior que, indiretamente, está inserida na gestão do SCFV em Rio Tinto. A secretaria de Assistência Social gere a política de

Assistência Social, e, dessa forma, o gestor social e a secretária também são parte da gestão do SCFV no município.

As equipes que trabalham no SCFV são compostas de forma a viabilizar a efetivação dos parâmetros normativos postos pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Sendo assim,

É importante ressaltar a responsabilidade do Estado em ofertar proteção social. Por isso, o SUAS prevê a necessidade de equipes multiprofissionais para o planejamento e a execução dos serviços socioassistenciais. Portanto, para atingir a finalidade dos serviços, é necessário que a composição da equipe se dê a partir das diretrizes expressas na NOB/RH do SUAS e que os trabalhadores tenham clareza de suas atribuições. De acordo com a NOB/RH do SUAS, equipes de referência são aquelas constituídas por servidores responsáveis pela organização e execução de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial (BRASIL, 2016, p. 25).

Com base nisso, no intuito de entender o fenômeno de estudo no *lócus* de articulação na realidade vivida, a pesquisa partiu do seguinte problema: como se articula a gestão da política de Assistência Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Rio Tinto-PB?

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Política de Assistência Social insere-se nas Políticas Sociais, e esta última, por sua vez, obedece a lógica capitalista neoliberal. Segundo Mota (2006), a ideologia política do neoliberalismo sustenta a tese segundo a qual o mercado é o principal e insubstituível mecanismo de regulação social, e para sua consolidação faz-se necessário um Estado mínimo, que defenda a estabilidade monetária, através da redução dos gastos sociais. Dessa forma, situar a Política de Assistência Social neste panorama global é entendê-la a partir de suas limitações estruturais e ideológicas que afetam, inclusive, a sua gestão.

Na sociedade burguesa, o Estado é fundado pelas relações econômicas de interesses de poucos, ou seja, a própria burguesia (PAULA, 2016). Baseado na tradição marxista, o autor afirma que é a sociedade que cria o Estado através das suas relações, porém, passa a atender os interesses burgueses. Outro aspecto do Estado na sociedade capitalista, apontado por Marx e Engels (1997, p. 31), é que este é “apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa”. Sendo assim, o Estado é produto da sociedade, sendo composto a partir do interesse desta, porém, na sociedade capitalista atende, prioritariamente, aos interesses burgueses.

O neoliberalismo, por ser uma das estratégias contemporâneas do capital para a saída de sua crise estrutural, acaba por estagnar ou reduzir os gastos sociais em nome de avanços econômicos, o que provoca importantes reconfigurações nas políticas sociais que passam a seguir a direção da restrição, seletividade e focalização.

Segundo Behring e Boschetti (2016), a política social é uma das respostas do Estado e da burguesia às demandas dos trabalhadores, que por possuírem condições de vida deploráveis, sofrerem com o pauperismo e se submeterem à lógica de mercado capitalista, necessitam de algum tipo de proteção para que continuem a se reproduzir enquanto classe.

Dessa forma, pode-se entender que governos neoliberais dão respostas às demandas sociais em detrimento a direitos conquistados historicamente, isto é, apenas como forma de manutenção da ordem vigente e não na perspectiva da transformação social.

Em contramão aos ditames neoliberais, a proteção da Assistência Social é um conjunto de benefícios, cuidados e auxílios que são oferecidos pelo SUAS para a prevenção e redução dos problemas sociais, visando o desenvolvimento social e humano e os direitos de cidadania. Concebendo que as políticas sociais são respostas e formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da “questão social” no capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011), e que a gestão social, como aponta Carvalho (2012, p.52), é ancorada “em princípios constitucionais que dão forma e conteúdo às políticas, programas e aos serviços públicos”, a política de Assistência Social baseia sua gestão nos princípios da participação cidadã.

Nesse contexto, a gestão pública, inclusive na política de assistência social, sofre transformações consideráveis em sua estrutura ao longo dos anos. Segundo Bergue (2012) a percepção da gestão pública perpassa por momentos variados da administração pública brasileiras. Nas últimas décadas há o esforço pelo distanciamento de práticas conservadoras na Gestão e a inclusão de novos direcionamentos advindos do âmbito privado e adaptado para a área pública. Muito há que se avançar, mas as alterações permitem que a gestão pública possua maior confiabilidade e equalize vícios tradicionalistas do ranço cultural-histórico da política brasileira.

Sendo assim, a gestão da política de Assistência Social já se apoia nesta nova formatação da Gestão pública, e é diferenciada, pois

supõe processos unificados e construídos coletivamente com definição de requisitos, competências e perfis profissionais para o funcionamento de funções correspondentes aos controles democráticos, às responsabilidades de gestão e ao atendimento prestado, com implementação de condições condignas de trabalho. Portanto, trata-se de uma gestão que obedece às diretrizes de participação e democratização de processos que ampliem trabalho e os direitos (BRASIL, 2011, p. 20).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), são funções da Assistência Social: *a*) a proteção social hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; *b*) a vigilância social; e *c*) a defesa dos direitos socioassistenciais (BRASIL, 2004). Isso posto, as ações da Assistência Social são realizadas pelo SUAS, através de dois tipos de proteção social: *a*) a proteção social básica, que serve para prevenir dos riscos sociais, mediada por programas, serviços, projetos e benefícios a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; e *b*) a proteção social especial, que atende famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco, tendo seus direitos violados.

As vias de acesso a esse sistema são estatais e espalhadas por todo Brasil por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Os CRAS são implantados em locais de maior vulnerabilidade social e os CREAS são organizados por municípios em âmbito local ou regional, ou pelo Estado.

As instâncias deliberativas do SUAS são os conselhos de assistência social em todos os âmbitos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O SUAS está consolidado a partir de alguns programas que viabilizam o direito dos cidadãos: Bolsa família, Brasil sem miséria, Assistência social e Segurança alimentar.

A proteção que deveria ser sinônimo de prevenção, tradicionalmente no âmbito da assistência, tende a chegar aos usuários quando estes já estão desprotegidos. E o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), desenvolvido e/ou apoiado pelo CRAS deve promover também este fortalecimento, sempre na perspectiva do direito e não do favor ou benevolência. Sendo este a efetivação da “produção” da proteção socioassistencial.

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2015, p.15).

O SCFV passou por um reordenamento na gestão dos recursos financeiros e na ampliação do público atendido em 2013. O reordenamento foi acordado pela Comissão Intergestores Tripartite, e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). As verbas que antes eram destinadas separadamente por programas e serviços de acordo com a faixa etária, agora passam a ser uma só para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Unificado de Juventude (PROJOVEM), e serviços e programas para idosos, pessoas com deficiência, jovens com defasagem escolar e em cumprimento de medidas socioeducativas. Com o reordenamento do SCFV, o grande desafio posto é materializar a Segurança de Convívio preconizada pela Política Nacional de Assistência Social, concebendo a “Convivência” enquanto direito social, contribuindo, dessa maneira, para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

Quando se fala sobre política de Assistência Social em tempos de crise, já se percebe a dificuldade na execução de programas, projetos e ações para o público-alvo da(s) política(s). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que visa a convivência comunitária e a articulação entre atores e instituições para que suas ações ocorram, por consequência, sofre grandes desafios para sua execução, inclusive na sua gestão.

Quando se busca por experiências dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no país, em relação à sua gestão, a principal dificuldade que se encontra é o entendimento da proposta do serviço. Embora haja normas, tipificação, cartilhas informando as funções e objetivos do SCFV, nem sempre o que se executa nos municípios está em consonância com o que é normatizado. É o que demonstra o artigo de Chagas e Fuchs (2017), em uma experiência em Santa Catarina; o trabalho de Lima (2017), em que é apresentada a experiência da execução de atividades em parcerias com o Programa de esportes e Lazer de Recife-PE; e o estudo de Nascimento e Villela (2016), que apresenta uma experiência em São Paulo. Nestes trabalhos são percebidas dissonâncias entre a metodologia, o conceito e o funcionamento dos SCFV em relação aos documentos apresentados, e fica claro que a gestão social não proporciona ambiente favorável para o real exercício da cidadania por parte dos atores envolvidos.

Dessa forma, percebe-se que, em cada realidade, os serviços prestados aos usuários variam de acordo com a disponibilidade de recursos, com a organização e planejamento do gestor e com as limitações objetivas da própria política de Assistência Social.

### 3 METODOLOGIA

Pensando nos fundamentos metodológicos da investigação, a pesquisa caracterizou-se como de campo, cujo intuito é conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta (LAKATOS; MARCONI, 2003). Em virtude disso, a pesquisa subsidiou-se na abordagem qualitativa, uma vez que, segundo Minayo (2007), os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática.

Complementando isso, a pesquisa tipificou-se como exploratória, haja vista que esta pode ter três finalidades: “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos” (LAKATOS; MARCONI, 1993. p. 188). A pesquisa também se enquadrou como documental, que, segundo Moreira (2006), compreende a apreciação de documentos através de um processo analítico a partir de um objetivo determinado.

Sobre a pesquisa documental, os principais documentos analisados foram: *a)* a Política Nacional de Assistência Social; *b)* o caderno de Tipificação dos Serviços Socioassistenciais; *c)* a cartilha elaborada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que caracteriza o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e *d)* as Normas Operacionais Básicas/Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH SUAS), que regulamenta os recursos humanos dos serviços socioassistenciais.

A gestão municipal de Rio Tinto é composta por 8 (oito) secretarias e pastas que tratam das políticas públicas, e outras atividades que dizem respeito à gestão do município. Porém, a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do citado município é a responsável por gerir, com prioridade, a Política de Assistência Social, e subordinados a esta existem vários serviços e programas, dentre os quais o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que se constituiu no *locus* da investigação.

Nesse sentido, o universo da pesquisa, com base em Lakatos e Marconi (2003), é a secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Rio Tinto – PB, responsável pela gestão da política de Assistência Social em termos municipal, que gerencia o Centro de Referência Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), bem como os programas e serviços inseridos nesses equipamentos, os benefícios eventuais e o Programa Bolsa Família. A amostragem da pesquisa é não-probabilista, pois não faz uso de um modo aleatório de seleção (LAKATOS; MARCONI, 2003). Por seu turno, a amostra da pesquisa, a partir de Lakatos e Marconi (2003), é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, gerido pelo CRAS, que atende o público de crianças e adolescentes, precisamente os 5 (cinco) gestores que conduzem os processos de tal serviço.

Em relação à coleta de dados, a pesquisa valeu-se da entrevista que, segundo Haguette (1997, p. 86), é “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Pelas especificidades da pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada que, segundo Laville e Dione (1999), consiste em uma entrevista com um roteiro pré-estabelecido a partir de pontos de

discussão, ou seja, mais flexível e com a possibilidade de esclarecimentos por parte do entrevistador. As entrevistas foram aplicadas aos 5 (cinco) gestores que, a partir dos documentos e da realidade local, atuam na gestão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Rio Tinto-PB.

A organização e análise dos dados coletados deram-se a partir do *modelo fechado de organização de categorias* de Laville e Dione (1999). Tal modelo, fundado a partir de uma grade fechada de categorias, é “construída a priori e de maneira dedutiva, para classificar os elementos do conteúdo; a grade é dita fechada na medida em que não é modificada depois, no curso da investigação dos dados” (LAVILLE; DIONE, 1999. p.221). Assim, no modelo fechado são levantadas categorias que norteiam a investigação, e a partir destas se desdobram as condições favoráveis à sistematização e ao rigor necessário à pesquisa qualitativa.

Desta feita, a pesquisa utilizou-se das seguintes categorias teóricas que subsidiaram o modelo fechado para a discussão, organização, sistematização e interpretação dos dados: *a)* Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; *b)* Política de Assistência Social; *c)* Recursos Humanos da Assistência Social; e *d)* Avaliação de Políticas Públicas. Tais categorias nortearam a pesquisa, no sentido de esclarecer conceitos e apreender significados no terreno sócio-histórico e cultural em que o fenômeno estudado se expressa.

Complementando tal cenário, a interpretação dos dados realizou-se a partir do emparelhamento, que consiste “em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los” (LAVILLE; DIONE, 1993, p. 227). Dessa forma, foram realizadas relações entre as categorias teóricas e suas expressividades empíricas, através da descrição (esclarecimento), associação (emparelhamento) e interpretação (significados) dos dados coletados.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os gestores entrevistados exercem os cargos de Secretária de Assistência Social e Trabalho, Coordenador da Gestão Social, Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social, Coordenador do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Assessora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Rio Tinto, Paraíba, aqui representados por uma codificação aleatória: G1, G2, G3, G4 e G5. Tais gestores apresentam o seguinte perfil: dois estão há mais de 10 anos no cargo em que ocupam atualmente, e três estão ao tempo correspondente ao atual mandato da gestão municipal, que totaliza 1 ano e 10 meses. A faixa etária varia de 26 a 60 anos: três são mulheres e dois são homens. Quanto à escolaridade e/ou formação, dois cursaram até o Ensino Médio, um é psicólogo e dois são licenciados, um em Matemática e outro em Letras, Português. Tais informações apresentam uma diversidade nos perfis dos gestores do SCFV em Rio Tinto.

Dentre as funções declaradas pelos gestores, constata-se a diferenciação da gestão direta e indireta: esta última é a gestão de planejamento e recursos; e a primeira é gestão da organização das atividades do setor e a execução. Porém observa-se que mesmo na gestão indireta um dos gestores não participa nem como planejador, nem como executor, mas como articulador.

GESTÃO INDIRETA		GESTÃO DIRETA
Secretaria de Assistência Social e Trabalho	Coordenação do CRAS (articulação)	Coordenação do SCFV
Coordenação de Gestão Social		Assessoria do SCFV

**Quadro 1: relação entre gestão indireta e direta no contexto do SCFV, em Rio Tinto-PB.**

A realidade do município de Rio Tinto não se altera em relação ao país, no sentido dos limites de recursos, burocracias, rebatimentos políticos da gestão, dentre outras formas de empecilhos, que se reverberam nas atividades cotidianas, o que pode gerar pouca efetividade das propostas do SCFV.

No município, existem cerca de 500 usuários cadastrados no SCFV, porém, este número inclui usuários de todas as faixas-etárias e de todas as localidades do município, dos quais cerca de 200 são crianças, adolescentes e jovens atendidos. Esse quantitativo é expressivo, uma vez que, diariamente, são realizadas atividades e todas as providências relacionadas a material, alimentação, dentre outras necessidades, devem ser observadas. Sobre as questões relativas a recursos financeiros os gestores expuseram que:

mesmo com pouco recurso a gente tenta oferecer uma qualidade de vida melhor para os usuários [...] muitas vezes precisa muito de recursos, é uma coisa, tá escasso, nosso município é pequeno, ele tem um comércio pequeno, não tem indústria, então fica difícil recurso próprio pra esses municípios (G1).

a gente faz de tudo, faz o possível e impossível pra gente poder manter, até porque o recurso que vem, vem pra gente manter três meses e o que vem é pra gente pagar os profissionais e pra gente manter com comida, com material, é bem complicado (G3).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Rio Tinto, segundo a Secretaria de Administração e Gestão da Informação (SAGI, 2018) já recebeu o repasse de R\$ 202.029,90 (duzentos e dois mil e vinte e nove reais e noventa centavos), divididos nos 9 meses corridos no ano. Porém, os repasses não são efetuadas de forma periódica e regular, observando-se que algumas parcelas constam ter sido recebidas com antecedência em relação aos meses de referência, enquanto outras acontecem de forma atrasada: os recursos referentes aos meses de janeiro e fevereiro foram recebidos em fevereiro; o repasse de março foi realizado no referido mês; o trimestre de abril à junho foi recebido no mês de abril; entretanto, os recursos referentes aos meses julho, agosto e setembro foram obtidos apenas no mês de agosto. Esta é uma grande dificuldade para a gestão, pois uma vez que não há repasse regular de verbas, as atividades do SCFV devem ser previstas com as devidas cautelas.

Pode-se dizer que a gestão do SCFV possui dificuldades diárias e que os gestores precisam se articular para que as providências sejam realizadas de forma ágil e em tempo hábil para as atividades cotidianas ocorrerem, porém, por haver decisões hierárquicas podem existir dificuldades na tomada de decisões, o que prejudica o fluxo diário do SCFV.

Sobre a articulação entre os gestores, os entrevistados assim expressaram:

CATEGORIAS EMPÍRICAS	FALAS DOS SUJEITOS
COMUNICAÇÃO	Sempre há reuniões a cada semana para que os profissionais juntos <b>interajam</b> e articulem sobre o SCFV, com o intuito de melhorar cada vez mais (G5).
	A gente trabalha em equipe, o contato é diário [...] a gente não se vê, mas assim, pelo <i>WhatsApp</i> , pelo telefone, [...] o contato com eles é fundamental, é essencial e acontece [...] aqui funciona bem, com essa <b>comunicação diária</b> e pra tentar resolver os problemas (G3).
	Eu vejo boa, positiva, há um respeito mútuo, a gente se encontra, <b>discute</b> [...] A gente tá sempre se reunindo, sempre se articulando (G2).
	Nós sempre fazemos reuniões, [...] <b>discute</b> e procura uma solução melhor para os problemas [...] às vezes duas até por mês. De acordo com a necessidade e até mais, se for necessário (G1).
AUTONOMIA	Em relação ao serviço, eu acredito que há mais ligação quando há eventos que integra toda a secretaria e quando há necessidade da gente fazer algo que a gente não pode por <b>não ter autonomia</b> . [...] Acho que <b>falta mais integração</b> da equipe [...]. De modo geral, eu acho que a ligação desses 5 gestores ela se dá quando se tem algo pra resolver, uma ação, e cada um dá sua contribuição. Então não há por exemplo uma reunião para discutir casos, índices (G4).

Quadro 2: **imersão da categoria “comunicação” e “autonomia” no contexto da articulação na gestão.**

Nota-se que a fala de G4 apresenta uma contradição em relação aos demais gestores, o entrevistado mostra a necessidade de integração entre a equipe enquanto os quatro primeiros defendem a total interação entre os mesmos. Os gestores G2 e G4 não enfatizaram as reuniões, que são os momentos de encontro de todos os gestores, isso pode ser explicado na própria colocação de G4, na qual o mesmo afirma que as reuniões são realizadas para se debater sobre eventos, ações ou problemas, mas as necessidades cotidianas, ou mesmo, estudos de caso, não são realizados de forma conjunta.

Quando questionados acerca da relação entre a articulação dos gestores e a qualidade das atividades desenvolvidas no SCFV em Rio Tinto, as respostas foram, em sua maioria, uma apresentação de resultados positivos. Entretanto, um dos apontamentos destacados, apresenta que podem haver discordâncias entre os gestores e a forma como elas são dirimidas: quando existe dificuldade na unidade de objetivos na tomada de alguma decisão, ou mesmo, quando não há compatibilidade de interesses, o que prevalece é o interesse daqueles que ocupam cargos da gestão indireta. Essa realidade pode ser verificada no quadro a seguir:

CATEGORIAS	FALAS DOS SUJEITOS
	Realmente, a gente tentar alcançar o objetivo porque, mesmo indiretamente, todos estão contribuindo e colaborando, quando é uma ideia precisa ser trabalhada, discutida, então a gente senta a parte indireta com a direta e tenta <b>unificar um só pensamento</b> para que a coisa flua (G1).

<p><b>ENTENDIMENTO MÚTUO</b></p>	<p>Há um envolvimento, uma participação maior do serviço atuando em algumas situações, a presença dele, mostrando resultado. Não é aquele resultado, não é o resultado que a gente espera e quer e é bom que não seja porque a gente está sempre querendo mais. Mas eu vejo que esse é um resultado. Essa <b>boa articulação</b> é um resultado (G2).</p>
	<p>Eu acho que realmente a coisa acontece a contento. Pra melhoria, eu vejo que realmente está melhorando muito, eu vejo que a gente começou com muita dificuldade, principalmente o Serviço [...]. Eu sinto que a coisa está funcionando, eu sei que nosso trabalho, nosso suor, nossas dificuldades, as coisas que a gente faz, as coisas estão funcionando, pela quantidade de jovens e crianças que estão lá no serviço [...]. A coisa funciona porque a gente está aqui realmente <b>de mãos dadas</b> e os problemas quando chegam a gente se reúne e tenta resolver da melhor forma (G3).</p>
<p><b>AUTONOMIA</b></p>	<p>Eu acho que a qualidade do serviço a gente só pode cobrar de quem recebe o serviço e de quem tá diretamente ofertando, eu não posso dizer que o serviço tá bom ou tá ruim se eu não estou dentro do serviço avaliando o dia-a-dia. Eu vejo que o serviço melhorou bastante e ainda tem muito o que melhorar [...] Eu acho que o prejudicial é a gente <b>não ter a autonomia de fazer</b> aquilo que a gente sabe que vai dar certo. Por outro lado, eu vejo que a gestão faz isso por precaução, talvez ela tenha medo de que a gente faça coisas ou tenha iniciativas que não sejam tão responsáveis, e acabe dando um prejuízo futuro. Talvez seja essa o motivo pelo qual a gente fica nessa dependência. E eu acho que se a gente tivesse <b>um pouco mais de autonomia</b> o Serviço conseguiria ser melhor, a gente conseguiria fazer mais porque a gente está diretamente com os jovens [...] tiveram momentos que eu discordei de alguns investimentos no Serviço [...], mas ao mesmo tempo a gente tem que acatar, porque é algo hierárquico e o que cabe a nós é tentar driblar as dificuldades, e fazer o melhor que a gente pode, e é isso que a gente vem tentando fazer (G4).</p>

**Quadro 3: emersão das categorias “entendimento mútuo” e “autonomia” no contexto da qualidade das atividades desenvolvidas.**

A partir de Bergue (2012b), pode-se dizer que a hierarquia de autoridade pode ocorrer de forma centralizada e a partir de delegação. A centralização do poder decisório por muitas vezes acontece como forma de preservação de uma função, por exemplo. Ainda segundo o autor, comparando à realidade investigada, percebe-se que a delegação também existe nessa configuração da gestão do SCFV, pois mesmo que esteja centralizado o poder decisório na gestão indireta, a gestão indireta possui possibilidades de liberdade na organização e planejamentos de ações.

Essa relação propicia uma via de mão dupla: ao mesmo tempo que abre espaço para que a administração direta exerça sua função, não lhe atribui autonomia decisória. Então, a leitura que se faz é que a gestão indireta centraliza questões administrativas e burocráticas relacionadas, principalmente, a recursos financeiros, e delega as funções de organização, coordenação e planejamento de atividades diárias para os gestores diretos.

Ademais, é necessário entender melhor a percepção dos gestores sobre a política de Assistência Social em relação ao SCFV, haja vista que, para que o gestor consiga cumprir suas atribuições, faz-se necessário conhecer a política em que está inserido. Dessa forma, os gestores

colocam o SCFV como um espaço propício à transformação social e auxílio dos usuários, um ambiente de novas possibilidades para as realidades trazidas pelos indivíduos.

CATEGORIAS EMPÍRICAS	FALAS DOS SUJEITOS
EDUCAR/TRANSFORMAR	[...] ele veio pra realmente aproximar o serviço da assistência com os familiares juntamente aos usuários do programa, ou seja, é que para que a assistência possa dar uma ajuda, um apoio a essas famílias, para poder <b>educar</b> melhor, buscar um meio melhor de <b>transformar</b> o social dessas famílias (G1).
CRESCIMENTO/MELHORIA DE VIDA	Mas eu acho de suma importância porque a gente, de certa forma, insere quem às vezes só tem, muito mal, o que comer em casa; então você tira ela, até de tá na rua, o jovem também, porque hoje a gente vê que as drogas estão tomando conta de tudo, e se a gente não tiver cuidado nossas crianças vão junto [...] Então, eu acho que serve pro <b>crecimento</b> deles [...]. Eu acho que a gente consegue colocar uma <b>melhoria de vida</b> para essas pessoas (G3).
PREVENIR SITUAÇÕES DE RISCO/ OPORTUNIDADES/POSSIBILIDADES	Tá inserido dentro da política de atenção básica, visando <b>prevenir situações de risco</b> , fazendo com que a criança ou adolescente que esteja em vulnerabilidade social possa ter condições de ter <b>oportunidades</b> e que, muitas vezes, a situação social dele limita, em muitos aspectos, a vida dele, seja no lazer, seja no esporte, seja numa aula de música. E aqui dentro de Rio Tinto nossa política é tentar ofertar a eles essas <b>possibilidades</b> que muitas vezes não tem. O objetivo da gente, principalmente, é esse, dentro de Rio Tinto é a atenção básica, o primeiro passo a gente sabe que é o CRAS, mas o primeiro ponto da criança e do adolescente é o Serviço de Convivência (G4).

**Quadro 4: emergência das categorias “educar/transformar”, “crescimento/melhoria de vida” e “prevenir situações de risco/oportunidades/possibilidades” no contexto da percepção dos gestores sobre a política de assistência social no SCFV.**

Sobre o funcionamento do SCFV em Rio Tinto, os gestores apontaram a seguinte realidade que está em conformidade com as normativas, em seus aspectos gerais:

CATEGORIAS EMPÍRICAS	FALA DOS SUJEITOS
ALCANCE DOS OBJETIVOS	Hoje, o serviço tem mais chance de conseguir chegar mais <b>próximo dos seus objetivos</b> pela forma como está trabalhada: a forma como está sendo equipada, valorizada, com um olhar focado, sempre tentando atender o pedido (do coordenador) de todas as formas. (G2)
UNIFICAÇÃO DOS PÚBLICOS	Hoje, depois que a gente entrou e tentou ir mais próximo do que a tipificação pede, a gente <b>unificou os públicos</b> , a gente passou a ser apenas um coordenador e que atende não só as crianças, adolescentes e jovens, mas também a zona rural (G4).
ATIVIDADES SÓCIOEDUCATIVAS	Então, elas (as crianças) têm o horário da escola e o outro horário justamente para os serviços, que é o SCFV. E lá elas têm todo tipo de <b>atividade</b> , a gente conseguiu inserir a parte de vôlei, tem o futebol, atividade realmente de esporte. Os joguinhos que eu acho muito importante, a gente conseguiu levar o totó, aquela parte toda que a gente conseguiu de brinquedo, que é uma atividade, a parte de música, que eu também acho muito importante, dali pode sair algum artista, que a gente vê que lá no serviço (G3).

	Nossos profissionais atuam com palestras e atividades referentes ao mesmo tema e também <b>atividades socioeducativas</b> como lazer, esporte, aula de música de danças e outras dependendo da data comemorativa (G5).
--	--

**Quadro 5: emergência das categorias “alcance dos objetivos”, “unificação dos públicos” e “atividades socioeducativas” no contexto do funcionamento do SCFV.**

O funcionamento das atividades diárias e, conseqüentemente, os serviços prestados aos usuários da política de Assistência Social, são realizados por orientadores sociais no SCFV, em Rio Tinto. Esses profissionais são, em sua maioria, concursados. Porém, quando foi organizado o certame, o reordenamento não havia sido realizado ainda. Sendo assim, embora todos executem a função de orientador social na prática, nem todas as funções originais são de orientadores sociais, alguns são facilitadores de oficina e outros monitores de PETI, não incorrendo em desvio de função, uma vez que as atribuições anteriormente atribuídas a esses profissionais, agora são colocadas para os orientadores sociais. Contudo, as funções desses profissionais, são, entre outras:

- organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou na comunidade;
- acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;
- participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc. (BRASIL, 2015, p. 28)

Relacionando as funções dos orientadores com as respostas das entrevistas, nota-se a importância destes profissionais para o sucesso ou não das atividades planejadas pelos gestores, uma vez que esses foram responsabilizados tanto pelos bons, quanto pelos maus resultados das ações realizadas no SCFV em alguns momentos, como se observa no Quadro 6:

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Eu tenho orgulho de ver ali porque eu vejo que os serviços estão funcionando, os profissionais estão fazendo um serviço muito bacana e eles (os familiares) estão procurando, isso é muito bom valorizar, eu acho que os <b>profissionais se sentem valorizados</b> nesse sentido porque essa procura demonstra que o trabalho está sendo feito, eu acho que funciona muito bem ali o Serviço. O serviço está sendo muito bem feito, mostrado e até pelos pais está sendo sentido (G3).	Uma coisa que me chamou atenção e que eu acho que a dificuldade maior, é que você [a entrevistadora] é da área da assistência, mas existem profissionais que não sabem (da área). O que eu percebo é que ainda há um <b>distanciamento</b> grande das pessoas que executam, que está à frente, que são os orientadores, ainda há um distanciamento grande, eu não tenho muito contado, eu estou querendo muito. E é interessante (G2).
A gente tem alguns profissionais que, realmente, se <b>engaja</b> , que os usuários quando tem algum problema realmente chama pra conversar (G4).	A maior dificuldade é que os profissionais que foram aprovados (no concurso público) <b>não têm a experiência</b> , eles não sabem como fazer, ao invés de executar um bom trabalho, eles estão tentando aprender ainda como trabalhar daquela forma, como trabalhar com aquela

	criança. E o que mais nos dificulta é a relação, a proximidade do profissional com o usuário. (G4)
Os profissionais atuam cada um na sua função, dando o seu melhor para que o serviço seja oferecido de <b>boa qualidade</b> aos nossos usuários (G5).	Então, às vezes eu vejo que <b>há mais desculpas</b> do que, de fato, interesse em realizar tal atividade (G4)

**Quadro 6: paralelo entre pontos positivos e negativos em relação às funções profissionais no SCFV.**

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) do SUAS se constitui um instrumento de conhecimento necessário, principalmente para os gestores indiretos do SCFV porque é um “instrumento normativo responsável pela definição de diretrizes e responsabilidades no âmbito da política do trabalho na área da assistência social” (FERREIRA, 2011. p.103). Isso quer dizer que ela estabelece as atribuições e compromissos dos gestores da política de Assistência Social, porém, nenhum dos gestores afirmou conhecê-la, quando questionados sobre a NOB/RH SUAS e a Tipificação dos serviços socioassistenciais.

É, eu confesso, devido à uma certa correria, **não tenho tempo de ver tais documentos**, essas normativas, mas sempre que eu posso eu leio alguns documentos do MDS enviado a nós, e a gente procura sempre adequar à realidade, mas eu confesso a você que eu, especificamente, não li sobre a NOB ainda (G1).

Essa questão de documentos, essa questão de fundos, recursos, **eu não tenho muito acesso**. É mais voltado para cá (secretaria) (G2).

Eu já ouvi falar, eu nunca fui a fundo estudar, mas eu escuto muito até pelo contato que eu tenho com [nome da assistente social] as meninas. Mas à fundo mesmo eu sou bem sincera, **eu não conheço** (G3).

**Eu não tenho acesso** aos documentos. (G5)

Eu li muito sobre a tipificação, mas **não consigo lembrar sobre essa norma** [...]. É interessante essa tipificação, ela nos dá algumas orientações, mas em Rio Tinto eu acho que há algo que nos impossibilita de executar o serviço como deveria ser, de acordo com a tipificação [...], a questão do concurso público. (G4)

A Tipificação por ser uma normativa que visa “a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais” (BRASIL, 2014. p. 4), deve ser compreendido por todos os gestores que atuam na política de Assistência Social, uma vez que abordam todo o funcionamento dos serviços, além de delimitar abrangência, recursos, padronizações, dentre outros enquadramentos para o desenvolvimento do SCFV. Ainda é importante destacar que o Ministério do Desenvolvimento Social possui várias ferramentas que objetivam instruir os profissionais e gestores que atuam na política de Assistência Social, por exemplo, *Perguntas e Respostas Frequentes sobre SCFV* e *Caderno de Orientações*. Sendo assim, é significativo perceber o desconhecimento da existência dessas normativas, ou mesmo a falta de contato dessas ou outras formas institucionais de capacitação dos

gestores e demais profissionais que atuam nos serviços oferecidos para os usuários da política de Assistência Social.

Segundo as normas do MDS, o SCFV deve ser referenciado ao CRAS, ou seja,

Trata-se de gerir, a partir do CRAS e de maneira coordenada com a rede socioassistencial, a acolhida, a inserção, o atendimento, o encaminhamento e o acompanhamento dos usuários do serviço, além do planejamento das atividades dos grupos; e, ainda, realizar a avaliação e monitoramento das atividades realizadas em cada grupo, a supervisão e capacitação dos orientadores sociais da área de abrangência do CRAS com discussão de casos e reuniões periódicas para leituras e estudos referente ao trabalho (BRASIL, 2017.p.26-27).

A partir das respostas dos gestores, percebeu-se que quando se fala da relação SCFV e CRAS, há uma lacuna, isto é, não há dúvida do funcionamento do Centro de Referência e sua importância para a área de abrangência. No entanto, há certo distanciamento da equipe de referência e o SCFV, embora o gestor (G1) diga que sempre se busca as profissionais do CRAS para atuarem no SCFV, pois os gestores G4 e G5 afirmam que a assistente social e a psicóloga não dão o suporte necessário, como podemos perceber nos trechos que seguem:

HÁ RELAÇÃO ENTRE SCFV E CRAS	HÁ POUCA RELAÇÃO ENTRE SCFV E CRAS
<p><b>Sempre buscamos</b> a psicóloga e uma assistente social do CRAS para que quando necessário elas atuem dentro do Serviço (G1).</p>	<p>A única pessoa que vem do CRAS para cá quando a gente solicita é a psicóloga, que vem fazer alguma palestra, então eu sinto a necessidade de haver <b>mais</b> essa <b>interlocução</b> de a gente realmente tá acompanhando o desenvolvimento da família do Serviço. [...] Eu acho que deveria haver mais presença da assistente social ou da psicóloga do CRAS aqui (G4).</p>
<p>Lá nós <b>temos psicóloga e assistente social</b> também, e é de suma importância esse trabalho com o CRAS porque é a porta de entrada. É onde realmente chegam as demandas, eles fazem as visitas e passam pra gente toda a situação, então o CRAS não fica muito próximo daqui, mas também não falta o contato, é diário. Eu queria que fosse aqui no centro, mas está onde abrange a parte mais humilde. Está no local ideal, embora não fique tão próximo da secretaria. O contato da gente é diário (G3).</p>	<p>A gente <b>sente falta</b> da presença de uma psicóloga frequente e também uma assistente social (G5)</p>

**Quadro 7: congruências e dicotomias na relação entre SCFV e CRAS.**

Porém, é importante destacar a peculiaridade do SCFV em Rio Tinto, pois geograficamente o CRAS está localizado em uma região distante do centro da cidade, local onde estão a secretaria e SCFV. Dessa forma, há um distanciamento físico das equipes, o que dificulta a articulação cotidiana desses profissionais. Outra particularidade é a existência de uma coordenação própria do SCFV, e não um técnico de referência do CRAS, pois como esse gestor não está no interior do Centro de Referência, acaba por distanciar algumas ações que seriam de responsabilidade do CRAS.

Sobre o técnico de referência, Brasil (2015) expõe algumas de suas atribuições:

- conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco das famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, PBF e outras) e as potencialidades do território de abrangência do CRAS;
- acolher os usuários e ofertar informações sobre o serviço;
- realizar atendimento particularizado e visitas domiciliares a famílias referenciadas ao CRAS;

- desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território;
- encaminhar usuários ao SCFV;
- participar da definição dos critérios de inserção dos usuários no serviço;
- assessorar as unidades que desenvolvem o SCFV no território;
- assessorar o(s) orientador(es) social(ais) do SCFV;
- acompanhar o desenvolvimento dos grupos existentes nas unidades ofertantes do serviço, acessando relatórios, participando em reuniões de planejamento, avaliação, etc.;
- manter registro do planejamento do SCFV no CRAS;
- avaliar, com as famílias, os resultados e impactos do SCFV.
- garantir que as informações sobre a oferta do SCFV estejam sempre atualizadas no SISC e utilizá-las como subsídios para a organização e planejamento do serviço (BRASIL, 2015, p. 26-27).

Dessa forma, essas atribuições são repassadas para o coordenador e assessora do SCFV que devem executar as ações aqui apresentadas e ainda exercer atividades burocráticas e de logística. Conforme as considerações a seguir, percebe-se esse diferencial do município de Rio Tinto.

Na verdade, aqui funciona diferente porque eu acredito que se tivéssemos um estaria pior. Porque não tinha como resolver tudo, teria que ter uma equipe pra trabalhar com ele (G2).

Técnico de referência do CRAS deveria ser a pessoa que vem e que faz de alguma forma a coordenação [...] então a gente quando iniciou tinha um técnico de referência o coordenador pedagógico, só que ele era coordenador pedagógico aqui e realizava algumas oficinas no CRAS, depois houve uma mudança, ele passou a ser responsável apenas pelas oficinas aqui e no CRAS (G4).

Nas observações que os gestores fizeram sobre a gestão do SCFV algumas dificuldades foram detectadas, mas há uma iniciativa de mobilização de um conselho que visa a busca de parceria por recursos; também se pontuou sobre a necessidade constante de informar à população usuária que os serviços ofertados são direitos deles, esta iniciativa é realizada através de um posicionamento educativo. A possibilidade de abertura de diálogo foi um ponto positivo, pois todos os gestores estão abertos à discussão, porém, a falta de diálogo com outros Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos apresenta-se como uma dificuldade, ao mesmo tempo que pode ser uma potencialidade para a gestão, quando ocorrer.

Ademais, constatou-se que os gestores do SCFV, em Rio Tinto-PB, estão em processo de constante análise e melhora, em muitos ressaltou-se que melhorou muito em relação ao início da gestão, mas há a perspectiva que ainda se pode avançar mais. Um dos gestores enfatizou o fato da equipe representar uma “família”, e que “todos estão empenhados em fazer”. Com certeza, apenas a boa intenção não faz a política ser realizada, mas o que se percebe é que os resultados são observados através do aumento do público atendido, em relação ao início da atual gestão, e ainda a “confiança” depositada pela família na equipe de trabalho.

As dificuldades de recursos foram apontadas por todos os gestores, porém, um fato que deve ser evidenciado é a visão de G4, em alguns momentos colocando-se em oposição aos outros gestores, uma vez que pontua mais dificuldades que os outros, porém, não no sentido de insatisfação ou de negação da qualidade das ações, mas na ambição de extrair ainda mais do que é realizado. Mesmo que os outros percebam que há o que melhorar, este entrevistado apresentou maior clareza dos objetivos e metas que quer alcançar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados os resultados, constatou-se que a gestão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Rio Tinto apresenta uma forma articulada de gestão, em que os atores envolvidos estão dispostos a progredir e verificou-se que as atividades desenvolvidas apresentam resultados satisfatórios. Embora não haja ações no sentido de suprimir demandas individuais dos usuários, percebeu-se que o SCFV adaptou para a sua realidade as determinações colocadas pelo MDS.

Infelizmente, o desconhecimento das normativas por parte de alguns gestores pode ocasionar descumprimentos no atendimento aos usuários, porém, o que se apresenta de forma positiva é a perceptível busca por conhecimento, aprendizagem e execução de um serviço de qualidade, o que abre oportunidade de avanços.

Dessa forma, pode-se dizer que os objetivos deste trabalho foram alcançados, uma vez que apresentou a forma de funcionamento do SCFV, a forma como a gestão se articula e sua relação com as atividades executadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Mesmo que, em nível local, a política de Assistência Social que se executa no SCFV esteja atuando de forma efetiva, a realidade nacional não aponta para um horizonte positivo, pois, conforme discutido, a lógica capitalista de enfrentamento às vulnerabilidades sociais está alicerçada em políticas focalizadas, com cada vez mais enxugamento de recursos e fragmentação do acesso. Pode-se dizer, então, que o SCFV em Rio Tinto-PB está “remando” contra esta corrente, e que continue neste propósito.

## REFERÊNCIAS

- Behring, E. R; Boschetti, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011
- \_\_\_\_\_. *Serviço Social e Política Social: 80 anos de uma relação visceral*. In.: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.) *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016
- Bergue. S. T. *Cultura e Mudança Organizacional*. 2ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília. 2012
- \_\_\_\_\_. *Comportamento Organizacional*. 2ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília. 2012b
- Brasil. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Brasília: ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de assistência Social, 2005
- \_\_\_\_\_. *Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 23 de set. de 2018

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária*. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014. Disponível em:

<[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)

>Acesso em: 23 de set de 2018

\_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Social. *Caderno de Orientações -Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: articulação necessária na proteção social básica*. Brasília, 2015

\_\_\_\_\_. Ministério Do Desenvolvimento Social. *Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)*. Brasília, 2017

Carvalho, M. do C. B. Gestão Social: uma questão ainda em debate no século XXI. In.: Junqueira, A. P. (et al.). *Gestão social: mobilizações e conexões*. São Paulo: LCTE Editora, 2012

Chagas, M. E; Fuchs, A. M. S. L. *Convivência Familiar e Comunitária na Proteção Básica: a articulação entre os serviços na garantia de direitos*. Anais II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 23 a 25 de outubro de 2017.

Ferreira, S. da S. NOB-RH Anotada e Comentada. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ed. São Paulo: Atlas, 2009

Haguette, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

Laville, C; Dionne, J. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora artes médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Lima, E. de S. *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em Recife e Direitos Humanos: experimentando novas construções sociais*. Anais II Congresso Internacional de Direitos Humanos. Campina Grande – PB, 24 a 26 de maio de 2017

Marx, K.; Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2 ed. Lisboa: Avante, 1997

Minayo, M. C. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

Moreira, S V. Análise documental como método e como técnica. In.: Duarte, J.; Barros, A. (Org). *Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Mota, A Elizabete. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In. Mota, A. Elizabete (orgs). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006

Nascimento, C. A. S. do; Villela, L E. Análise da efetividade da política pública socioeducativa do Governo Federal nas regiões com vulnerabilidade social: o caso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no município de Itaguaí (RJ). *Revista do Desenvolvimento Regional* – Faccat, Taquara/RS - v. 13, n. 2 jul./dez. 2016.

Paula, R. F. dos S. *Estado capitalista e Serviço Social: neodesenvolvimento em questão*. Campinas: Papel Social, 2016